

**HABEAS CORPUS Nº 541.209 - MG (2019/0316602-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **RODRIGO HENRIQUE MARTINS NUNES E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDO COSTA OLIVEIRA MAGALHÃES - MG083205**  
**BRUNA DORELLA - MG108140**  
**RODRIGO HENRIQUE MARTINS NUNES - MG192935**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE** : **LUIZ ANTÔNIO CAUS (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de LUIZ ANTÔNIO CAUS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravado em Execução n. 1.0000.19.064674-5/000).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais concedeu ao executado a remição de 104 dias de pena pelo trabalho, porém indeferiu os pedidos de remição pela leitura e pela conclusão de cursos profissionalizantes.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte estadual. Entretanto, o Tribunal negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 47):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO – REMIÇÃO DA PENA PELO TRABALHO EXECUTADO PELO APENADO – CÁLCULO COM BASE NOS DIAS TRABALHADOS – JORNADA MÍNIMA DE SEIS E MÁXIMA DE OITO HORAS – INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 126, §1º, II, E 33 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL – REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA – RECOMENDAÇÃO Nº 44/2013 DO CNJ – AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS – REMIÇÃO DE PENA PELOS ESTUDOS – INSTITUIÇÃO NÃO CADASTRADA NA UNIDADE PRISIONAL – EXIGÊNCIA PREVISTA NA RECOMENDAÇÃO Nº 44/2013 DO CNJ. 1. A remição da pena pelo trabalho executado pelo apenado deverá ser calculada com base na proporção de 1 (um) dia a cada 3 (três) trabalhados, independentemente das horas trabalhadas, desde que dentro do intervalo legal de seis a oito horas, consoante determinação dos artigos 126, §1º, II, e 33, da Lei de Execução*

*Penal, não havendo que se falar em somatório das horas trabalhadas com a sua posterior conversão em 06 horas diárias (mínimo legal). 2. Ainda que o artigo 126 da Lei de Execução Penal não disponha acerca da remição de pena pela leitura, a Recomendação nº 44/2013 do CNJ e a Resolução nº 204/2016, elaborada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em conjunto com a Secretaria de Estado da Defesa Social, preveem tal possibilidade quando o apenado, por vontade própria, ler e resenhar obra literária, cuja validação submete-se ao atendimento dos requisitos normativos respectivos. 3. Considerando que as resenhas redigidas pelo reeducando não foram feitas em integração a projeto de remição pela leitura na unidade prisional, uma vez que tal projeto ainda não foi efetivamente implementado no complexo penitenciário em que o apenado se encontra em cumprimento de pena, não tendo sequer sido avaliadas e devidamente valoradas – conforme a Resolução nº 204/2016 do TJMG –, inviável declarar-se a remição da pena pela leitura. 4. Ainda que a Recomendação nº 44/2013 do CNJ preveja a possibilidade de remição da pena pelos estudos em razão da realização de atividades complementares de caráter educativo, para que seja concedida a benesse, o inciso I do artigo 1º da referida recomendação exige que tais atividades, como indicativo mínimo de idoneidade, sejam integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e que ela seja oferecida por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público, o que não foi comprovado no caso em apreço.*

Na presente impetração, a defesa relata que o apenado confeccionou várias resenhas literárias avaliadas por profissionais qualificados, e por isso tem direito à remição da pena.

Alega, também, que o paciente buscou, junto à Escola CENED, realizar diversos cursos de profissionalização, diante da impossibilidade de frequentar cursos presenciais (está em execução provisória, na modalidade domiciliar), o que é permitido pela legislação, segundo art. 126, § 2º, da LEP.

Defende que, mesmo fora do ambiente escolar obrigatório, recebe todo o material necessário à sua qualificação, que a certificação da

autoridade de educação da Escola CENED pode ser verificada no sítio eletrônico do Ministério da Educação e que o executado não pode ser responsabilizado pela falta de estrutura do Estado.

Acrescenta que existe a presunção relativa da boa fé, que, para ser desconstituída, deveria ter sido afastada pelo Juízo por meio de provas, já tendo o paciente prestado diversas informações à penitenciária.

Argumenta que até mesmo servidores públicos, dentre eles procuradores da república, promovem seus cursos via CENED e têm validado seus diplomas sem maiores celeumas.

Alega que a fundamentação ofertada pelo acórdão é contrária à regulamentação do CNJ e divorciada da evolução dos princípios da execução, que buscam o convívio do apenado no meio social.

Por fim, registra que o paciente tem direito ao acréscimo legal de 1/3 nos dias remidos, pela conclusão dos cursos profissionalizantes, em interpretação extensiva ao art. 126 da LEP.

Com base em todo o exposto, requer, em liminar e no mérito, a concessão de 845 dias de remição da pena, sendo 232 relativos à elaboração de resenhas, 460 pelos estudos e 153 pela conclusão de cursos profissionalizantes.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 408/411), informações foram prestadas (e-STJ fls. 415/716 e 724/769), e o Ministério Público manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa (e-STJ fls. 771):

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. REMIÇÃO. A OBTENÇÃO DA REMIÇÃO PELA LEITURA OU PELO ESTUDO EXIGE O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NA RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 44/2013. PARECER PELA DENEGAÇÃO.*

É o relatório. **Decido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova orientação das Cortes Superiores do País: HC n. 320.818/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015; e STF, HC n. 113890, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJe 28/2/2014.

Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Os impetrantes requerem, inicialmente, a remição da pena do sentenciado em razão da elaboração de várias resenhas literárias.

Sobre o tema, assim dispôs o Tribunal (e-STJ fls. 53/58):

*[...] à luz de todos esses aspectos, foi editada a **Recomendação de nº 44/2013 pela Corregedoria Nacional de Justiça**, que confere uma espécie de interpretação extensiva do previsto no artigo 126 de Lei de Execução Penal sobre a remição da reprimenda corporal, daqueles reeducandos que se encontram nos regimes fechado e semiaberto, por meio do trabalho e dos estudos.*

*A referida recomendação dispõe no inciso V do artigo 1º sobre a possibilidade de remição da pena em decorrência da leitura de obras literárias por parte do reeducando, com a apresentação, ao final, de uma resenha sobre o livro lido, de*

*modo que poderá haver a leitura e avaliação de até 12 obras no período de 12 meses, totalizando, assim, até 48 dias de remição de pena – 04 dias a cada obra literária –.*

*Confira-se:*

*[...] De fato, inexistente positividade legal acerca da hipótese de remição em questão, sendo certo que **a referida recomendação não possui efeito vinculante absoluto** sobre os julgadores. Entretanto, ainda assim, entendo que deve ser aplicado o que recomenda o CNJ aos Tribunais, cuja normativa específica goza de inequívoca judiciosidade e se revela idônea diretriz.*

*[...] Na esteira da aludida Recomendação do CNJ, **o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em conjunto com a Secretaria de Estado da Defesa Social instituiu o projeto denominado “Remição pela Leitura”, de modo a regulamentar o funcionamento da concessão da benesse no estado por meio da Resolução nº 204/2016, a qual dispõe em seu artigo 9º que:***

*Art. 9º Para fins da remição, o recuperando que atender as condições para participar do Projeto 'Remição pela Leitura' poderá escolher somente uma obra literária, clássica, científica ou filosófica por mês, dentre aquelas previamente selecionadas pela Comissão Organizadora - Remição pela Leitura.*

*§ 1º O recuperando deverá elaborar uma resenha:*

*I - individualmente, de forma presencial e em local adequado;*

*II - com observância das orientações previstas nos ANEXOS I, II, III desta Resolução, elaborados pela SEDS, por meio de DEP.*

*§ 2º Será utilizada a nota 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo considerada aprovada a resenha que atingir a nota igual ou superior a 6,0 (seis) conforme critério de avaliação e orientação elaborados pela SEDS, por meio de sua DEP.*

*[...] Todavia, no caso em apreço, tem-se que **não foi comprovado o preenchimento dos requisitos acima para a concessão da benesse requerida.***

*[...] Entretanto, **tratando-se de uma recomendação, que, portanto, não possui vinculação normativa ou sequer força de lei, é imprescindível a comprovação da observância de***

**determinados rigores para que tal estímulo não se transforme em um método para facilmente burlar a execução da pena.** Nesse sentido, o Estado vem paulatinamente, de acordo com as restrições orçamentárias, ampliando o projeto mencionado que, para ser válido, tem que ter critérios de acompanhamento e validação, sob pena de a pena se transformar num arremedo de reeducação.

*In casu*, conforme se depreende da decisão vergastada **o projeto de remição pela leitura ainda se encontra em fase de implementação no complexo penitenciário em que o agravante está em cumprimento de pena, assim, via de consequência, as resenhas elaboradas por ele (acostadas em fs. 175v/370 dos autos nº 1.0000.19.036315-0/000 e em fs. 36v/225 dos autos nº 1.0000.19.064674-5/000) não tiveram o devido acompanhamento por parte da penitenciária.**

**[...] nenhuma delas foi submetida à avaliação por comissão organizadora de projeto de remição pela leitura, [...]**

Com efeito, a Recomendação n. 44 do Conselho Nacional de Justiça disciplina sobre atividades complementares ao estudo, para ressocialização da pena, inclusive, prevê a remição da pena pela leitura:

*Art. 1º [...] V - estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a **remição pela leitura**, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 (LEP - arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), observando-se os seguintes aspectos:*

*a) **necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva;***

*b) assegurar que a participação do preso se dê de forma voluntária, disponibilizando-se ao participante 1 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com o acervo disponível na unidade, adquiridas pelo Poder Judiciário, pelo DEPEN, Secretarias Estaduais/Superintendências de Administração Penitenciária dos Estados ou outros órgãos de execução penal e doadas aos respectivos estabelecimentos prisionais;*

*c) assegurar, o quanto possível, a participação no projeto de presos nacionais e estrangeiros submetidos à prisão cautelar;*

*d) para que haja a efetivação dos projetos, garantir que nos acervos das bibliotecas existam, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a ser trabalhada no desenvolvimento de atividades;*

*e) procurar estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional;*

*f) assegurar que a **comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado.** O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos;*

*g) cientificar, sempre que necessário, os integrantes da comissão referida na alínea anterior, nos termos do art. 130 da Lei n. 7.210/84, acerca da possibilidade de constituir crime a conduta de atestar falsamente pedido de remição de pena;*

*h) a remição deverá ser aferida e declarada pelo juízo da execução penal competente, ouvidos o Ministério Público e a defesa;*

*i) fazer com que o diretor do estabelecimento penal, estadual ou federal, encaminhe mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os presos participantes do projeto, com informações sobre o item de leitura de cada um deles, conforme indicado acima;*

*j) fornecer ao apenado a relação dos dias remidos por meio da leitura.*

Como se pode ver, a leitura em presídios é considerada não só uma atividade recreativa, e sim uma possibilidade de ressocialização.

É certo que há parâmetros a serem estabelecidos, sendo o

primeiro deles a constituição de um projeto específico visando a remição pela leitura.

No caso, segundo consta do próprio acórdão, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em conjunto com a Secretaria de Estado da Defesa Social instituiu o projeto denominado “Remição pela Leitura”, de modo a regulamentar o funcionamento da concessão da benesse no estado por meio da Resolução nº 204/2016.

Segundo ainda consta das decisões impugnadas, o projeto ainda está em fase de implementação, de forma que não foi possível o acompanhamento das resenhas por parte da penitenciária (acórdão acima e decisão e-STJ fls. 727/728).

Ocorre que, verificando os autos, constato que o apenado realmente redigiu várias resenhas, de vários livros (e-STJ fls. 415/486), o que demonstra sua vontade e comprometimento com a reeducação.

Além disso, houve acompanhamento das resenhas, por parte de pedagogos (e-STJ fls. 491/575). Todos eles analisaram, de forma positiva, a parte da compreensão e organização do texto.

Assim, ainda que não tenha tido um acompanhamento e avaliação formal por parte de uma comissão organizadora, conforme estipula a Recomendação n. 44/2013, do CNJ, entendo que o paciente não pode ser prejudicado pela omissão estatal.

Ademais, se já há um projeto iniciado, bem como com avaliações pedagógicas já executadas, é mais favorável ao executado, atendendo ao princípio da ressocialização da pena, que a penitenciária continue seu trabalho, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado da Defesa Social, a fim de aproveitar os resumos já efetuados pelo apenado.

Por tais motivos, a jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de reconhecer que a leitura enseja à remição da pena.



Nesse sentido:

*EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA. PORTARIA CONJUNTA N. 276/2012, DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL/MJ E DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. REMIÇÃO. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA IN BONAM PARTEM. POSSIBILIDADE. RESENHA PREJUDICADA PELA COMISSÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS APTOS E DE FUNDAMENTAÇÃO.*

*CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

*1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado, a justificar a concessão da ordem, de ofício.*

*2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, como resultado de uma interpretação analógica in bonam partem da norma inserta no art. 126 da LEP, possui entendimento de que é possível a hipótese de abreviação da reprimenda em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal.*

*3. O entendimento desta Corte está consolidado no sentido de admitir a remição da pena pela leitura nos termos da Portaria conjunta n. 276/2012, do Departamento Penitenciário Nacional/MJ e do Conselho da Justiça Federal, bem como da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça. Dos termos da portaria conjunta e da recomendação anteriormente citadas, verifica-se que a comissão deverá apresentar análise da resenha apresentada pelo reeducando, observando "os aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado" e, posteriormente, encaminhar ao Juízo da Execução competente para que "este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada".*

*4. No caso, tendo a comissão julgado prejudicada a resenha da reeducanda, sem apresentar argumentos técnicos aptos a demonstrar a ausência de compreensão e incompatibilidade do texto com o livro trabalhado, verifica-se que o artigo 6º, inciso VII da Portaria conjunta n. 276/2012 do DEPEN e do CJF, bem como o artigo 1º, inciso V, alínea 'f' da Recomendação n.*

44, do CNJ não foram observados. Ademais, cabe ao Juízo da Execução decidir sobre o aproveitamento ou não da resenha apresentada diante da análise dos argumentos expendidos pela Comissão Técnica a respeito, os quais, in casu, não cumpriram a sua finalidade.

5. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão impugnado e determinar ao Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de São Paulo que analise o aproveitamento da resenha apresentada pela reeducanda para fim de conceder a remição pela leitura, sem prejuízo da requisição de todos os documentos hábeis para esse fim, tais como a cópia da resenha, transcrição das arguições oral e escrita da apenada entre outros, observados os parâmetros das normas que disciplinam a remição pela leitura e em consonância com os objetivos do art. 126 da LEP.

(HC 413.501/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018)

**EXECUÇÃO PENAL - HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - REMIÇÃO POR ESTUDO - ARTIGO 126 DA LEP - A EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE FREQUÊNCIA DE CURSO DEVE SOFRER TEMPERAMENTOS - PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA FRATERNIDADE - PREÂMBULO E ART. 3º DA CF/88 - "REGRAS DE MANDELA" DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS - RECOMENDAÇÃO Nº 44 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - APLICAÇÃO.**

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e este Superior Tribunal de Justiça, por sua Terceira Seção, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. A redação do artigo 126 da LEP deixa clara a preocupação do legislador com a capacitação profissional do interno e com o estímulo a comportamentos que propiciem a readaptação de presos ao convívio social.

3. O sentido e o alcance do artigo 126 da LEP podem ser ampliados pelo aplicador do direito, com o uso da hermenêutica, para abarcar atividades complementares como

*o estudo ou a simples leitura, com a finalidade de readaptação e ressocialização do preso, além de incentivar o bom comportamento e a disciplina.*

*4. Não é outro o espírito da Recomendação n. 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça, ao dispor sobre atividades educacionais complementares que deverão ser consideradas pelos Tribunais para fins de remição da pena pelo estudo.*

*5. Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 3º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma do STF, julgado em 02/12/2008, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851).*

*6. Após a divulgação ampla pelo CNJ das chamadas "Regras de Mandela", aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, segundo as quais, além da busca pela proteção da sociedade contra a criminalidade, a redução da reincidência e a punição pela prática do crime, também constituem objetivos do sistema de justiça criminal a reabilitação social e a reintegração das pessoas privadas de liberdade, assegurando-lhes, na medida do possível, que, ao retornarem à sociedade, sejam capazes de levar uma vida autossuficiente, com respeito às leis.*

*7. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para reformar a decisão do Tribunal a quo e conceder os 41 dias de remição pedidos pela paciente, em virtude da conclusão do ensino médio.*

*(HC 390.721/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 22/08/2017)*

*EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA. POSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

**2. Firmou-se nesta Corte Superior de Justiça entendimento no sentido de ser viável a concessão da remição por atividades não expressas na lei, dentre as quais a leitura, diante de uma interpretação extensiva in bonam partem do artigo 126 da Lei de Execução Penal.**

3. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para reconhecer a legalidade da remição pela leitura, com determinação, em consequência, no sentido de que o Juízo das Execuções Criminais conceda ao paciente a referida benesse, promovendo o cálculo do número de dias a que faz jus o reeducando de acordo com os documentos comprobatórios de tal atividade.

(HC 400.999/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO POR LEITURA. ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO PROJETO. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E DE SEUS SERVIDORES. IMPOSSIBILIDADE DE PREJUÍZO AO APENADO DE BOA - FÉ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA PARA RESTABELECER A DECISÃO DO MAGISTRADO DAS EXECUÇÕES.

*A possibilidade de remição de dias de pena por meio da leitura foi confirmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, adotando a Corte o entendimento de que se trata de analogia in bonam partem da remição por estudo, expressamente prevista no art. 126 da Lei de Execuções*

***Penais. O simples fato de o estabelecimento prisional contar com oferta de trabalho e estudo não impede que a leitura seja fonte de remição de dias de pena. Com efeito, a Recomendação n. 44/13 do Conselho Nacional de Justiça, em seu art. 1º, inciso V, limita-se a propor que os Tribunais estimulem a remição por leitura notadamente aos presos sem acesso a trabalho e estudo, não erigindo óbice a que tal prática também seja implementada em unidades penitenciárias que já oferecem as demais espécie de atividades ensejadoras de remição.***

*Os vícios administrativos identificados pelo Tribunal de origem não têm o condão de obstar o direito do apenado à remição. Uma vez implementado o projeto de remição por leitura na unidade prisional em que cumpre pena o paciente, não comprovada má-fé do apenado e ausente dúvida fundada a respeito da efetiva leitura e absorção da obra literária pelo sentenciado, impõe-se a concessão do direito ao apenado. Eventuais irregularidades formais identificadas, atinentes ao número e à qualificação dos avaliadores, bem como a notícia de que não foi produzida uma escala de compatibilização de horários de leitura com os de trabalho e estudo formais, reputam-se insuficientes para anular ou descaracterizar a remição pretendida. Cumpre salientar que, à luz do art. 130 da Lei de Execuções Penais, "constitui o crime do artigo 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição", de modo que a constatação de irregularidades no procedimento de apuração de trabalho, estudo ou leitura do apenado gera responsabilidade no âmbito da administração e de seus servidores, não repercutindo no direito legalmente assegurado ao sentenciado de boa fé.*

*Ordem concedida, em consonância com o parecer ministerial, para restabelecer a decisão de primeiro grau que deferira a remição de 4 (quatro) dias de pena ao paciente.*

*(HC 349.239/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 14/10/2016)*

***AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELA LEITURA. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM DISSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.***

**1. Hipótese em que o reeducando teve remidos quatro dias de sua reprimenda privativa de liberdade pela leitura, nos termos da Recomendação n.º 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça.**

**2. Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento no sentido de ser viável a concessão da remissão por atividades não expressas na lei, diante de uma interpretação extensiva in bonam partem do artigo 126 da Lei de Execução Penal.**

**3. Agravo regimental a que se nega provimento.**

(AgRg no AREsp 696.637/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 04/03/2016)

Busca-se, ainda, neste mesmo writ, a remição em razão de conclusão de cursos profissionalizantes à distância.

Sobre esse tópico, assim concluiu o Tribunal (e-STJ fls. 58/60):

*Tem-se que a aludida recomendação também prevê sobre a possibilidade de remição da pena pelo estudo. Inclusive, no inciso I do artigo 1º há a previsão de conceder-se o benefício em questão em decorrência da realização de atividades complementares de caráter educativo empreendidas pelo reeducando enquanto em cumprimento de pena, desde que tais atividades estejam integradas ao denominado projeto político-pedagógico (PPP) do respectivo estabelecimento ou sistema prisional local, bem como sejam ofertadas por instituição devidamente autorizada ou conveniada ao poder público. Confira-se:*

*[...] Todavia, no caso em apreço, em que pese tenham sido colacionados ao processo os certificados de fs. 371/397 do processo nº 1.0000.19.036315-0/000 (os quais dão conta que Luiz Antônio teria concluído, à distância, diversos cursos profissionalizantes no Centro de Educação Profissional – CENED –), verifico que eles não preenchem os requisitos previstos na Recomendação de nº 44/2013 do CNJ necessários à remição da pena pelas atividades certificadas. Isso, porque, a partir da leitura do artigo 1º, I, tem-se que, para que o apenado possa remir a reprimenda corporal pela realização de atividades complementares educativas no presídio é exigido que a atividade a ser utilizada para fins de concessão da benesse em questão seja integrada ao projeto político-pedagógico da unidade ou do sistema prisional local e que ela seja oferecida*

*por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público, o que não ficou comprovado in casu.*

***Inexiste nos autos comprovação de que as atividades exercidas pelo reeducando estejam integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) do presídio, ao que se alia o fato de constar da decisão de fs. 23v/24 dos autos nº 1.0000.19.064674-5/000 que a instituição de ensino na qual o agravante teria concluído o suposto curso profissionalizante não possui cadastro na unidade prisional em que ele está em cumprimento de pena e nem sequer é credenciada no MEC. O Juiz ainda destaca que para a realização de cursos por meio do CENED é necessário tão somente o pagamento de matrícula, de modo que os materiais são encaminhados por correio e, após, devolvidos para correção, sendo que o aluno que alcançar a nota mínima equivalente a 7,0 pontos recebe o respectivo certificado pelos correios, não havendo qualquer controle por parte da unidade prisional acerca dessas atividades e, muito menos, de quem efetivamente teria realizado os exercícios contidos nas apostilas enviadas.***

*De fato, conforme ressaltado pelo juízo a quo, tais circunstâncias obstam a remição da pena recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça, uma vez que tal hipótese não se encontra abarcada pela recomendação em questão.*

A Recomendação n. 44/2013 do CNJ também prevê a possibilidade do reconhecimento de cursos efetuados pelo presos, da seguinte forma:

*Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:*

***I - para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e sejam oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim;***

Veja-se também como a Lei de Execuções Penais regulamenta o

reconhecimento do ensino à distância:

Lei de Execuções Penais:

*Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.*

*§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:*

*I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;*

*§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.*

Pelo próprio dispositivo legal acima mencionado, fica claro que, para que o apenado faça jus à remição em razão de cursos realizados à distância, estes deverão ser certificados não pelo diretor da unidade educacional em que estudaram, e sim pela autoridade competente, qual seja, o presidente da instituição.

No caso, como o certificado de conclusão do curso realizado pelo paciente na Escola CENED foi assinado tão somente pelo diretor da instituição e seu secretário (e-STJ fls. 592), ele não faz jus à remição da pena referente a esse estudo à distância.

Nesse viés, se a certificação não é reconhecida, o *habeas corpus* torna-se inadequado para uma análise mais aprofundada acerca do assunto, já que seria necessária uma incursão fática, incompatível pela via dessa ação célere, sumária e urgente.

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELO ESTUDO. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS.**



**CERTIFICAÇÃO PELA AUTORIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

*I - As instâncias ordinárias afirmaram que o apenado preencheu os requisitos para remição pelo estudo e que a exigência de certificação pela autoridade educacional foi devidamente suprida, pois 'é perceptível, em todos os documentos acostados aos autos, que a autoridade educadora não deixa de ser indicada, havendo a assinatura de agente penitenciário apenas para fins de organização' (fl. 74).*

***II - A alegação da parte agravante, no sentido de que o requisito exigido pelo art. 126, § 2º, da Lei de Execução Penal não foi devidamente preenchido, reclama incursão no acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento vedado pela Súmula n. 7 desta Corte.***

*Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp n. 882.538/RN, Quinta Turma, minha relatoria, DJe de 10/08/2017, grifei).*

***"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. REMIÇÃO. ART. 126 DA LEP. ATIVIDADES DE ARTESANATO. HORAS TRABALHADAS. FISCALIZAÇÃO E REGISTRO DE RETRIBUIÇÃO ECONÔMICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO PROFERIDO EM HABEAS CORPUS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.***

*1. O Tribunal de Justiça manteve a remição em virtude de trabalho artesanal desenvolvido pelo apenado nos meses de agosto a novembro de 2012, porquanto a atividade foi devidamente atestada pelo Coordenador da respectiva Unidade Prisional.*

***2. Para afastar a idoneidade da certidão ou reconhecer eventual falha na fiscalização exercida pelos agentes públicos seria necessário o reexame de fatos não delineados no acórdão recorrido, o que atrai o óbice da Súmula n. 7 do STJ.***

*3. A jurisprudência deste Superior Tribunal é pacífica quanto à impossibilidade de acórdão proferido em habeas corpus servir de paradigma para fins de comprovação de alegado dissídio jurisprudencial. Ressalva deste relator.*

*4. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp n.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

509.311/GO, *Sexta Turma*, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**,  
DJe de 16/02/2017, grifei).

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*, mas **concedo a ordem, de ofício**, apenas para que o Juízo da execução determine a constituição de Comissão a fim de avaliar as resenhas de leitura apresentadas pelo paciente, com o fito de conceder a remição, promovendo o cálculo do número de dias a que faz jus.

Comunique-se a presente decisão, **com urgência**.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator